



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR: FERRAMENTA DE  
APRENDIZAGEM**

**ISALTINA ALMEIDA ALVARENGA FERNANDES**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) FACULDADE  
DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR: FERRAMENTA DE  
APRENDIZAGEM**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Laisa Kelly Vilanova do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

ISALTINA ALMEIDA ALVARENGA FERNANDES

## **AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR: FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof.- Avaliador

---

Prof. Laisa Kelly Vilanova-Orientadora

---

Isaltina Almeida Alvarenga Fernandes - Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, por me guiar e orientar pelo caminho certo. A minha família, marido e filhos, por compreenderem minha ausência. A meus irmãos e minha mãe, que se fazem presentes em minha caminhada.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, que me formou, sustentou, guiou e facilitou o meu caminho e ainda tem transformado meu caráter. Toda honra e toda glória sejam dadas a Ele. Ao meu amado esposo Reinaldo, pelo gesto de amor e tamanha abnegação demonstrados em prol do meu êxito. Aos meus filhos Mateus, Lucas e Samuel que suportaram minha ausência e respeitavam meus momentos de reclusão para investimento nos estudos. A minha mãe, que sempre me direcionou para Deus e incentivou meus estudos. Aos meus irmãos Audair, Marcela e principalmente a Cleide, pelo incentivo e dedicação. As minhas professoras, Laisa e Wanderléia, pela exaustiva dedicação na qual buscaram dar-me o conhecimento didático e as orientações necessárias que me serviram de base.

# EPÍGRAFE

*Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.*

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou analisar o conceito de avaliação, bem como suas funções no âmbito escolar, tendo em vista a concepção de avaliação como um caminho para a melhoria da aprendizagem. Nesse sentido, discutiu-se também acerca do conselho de classe como um instrumento democrático, na medida em que possibilita a tomada de decisões de forma coletiva sobre a avaliação dos alunos. Este espaço tem o objetivo de envolver todos os professores, descentralizando as decisões acerca da avaliação. Por fim, destaca-se a importância de um maior envolvimento por parte dos professores no sentido de compreender as contribuições de um processo avaliativo embasado no conhecimento do aluno e na discussão coletiva que envolva os docentes, a equipe gestora, tornando a escola um espaço mais democrático.

Palavras-chave: Avaliação, Conselho de Classe.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1-A AVALIAÇÃO E SUAS FUNÇÕES.....	10
1.1-A avaliação como um caminho para a melhoria da aprendizagem.....	11
2- CONSELHO DE CLASSE: UM DESAFIO PARA A DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
ANEXO: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	21



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso que tem como tema: “Avaliação do rendimento escolar: ferramenta de aprendizagem” está baseado na importância do desenvolvimento do aluno, no que diz respeito à aprendizagem.

A Avaliação foi o assunto que mais gerou discussão durante a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, durante todo o curso. Neste sentido busca-se uma maior compreensão sobre a avaliação. Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo analisar a utilização da avaliação pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem, bem como fazer uma breve reflexão sobre os meios de avaliação utilizados e os resultados alcançados pelos discentes da Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond.

A avaliação tem sido um problema vivenciado na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond. A instituição está situada no Distrito de Esmeraldas de Ferros, Ferros – MG. Foi inaugurada no dia três de maio de 1980 e recebeu este nome em homenagem à Leopoldina Avelina de Barros Drummond, que foi a primeira professora a lecionar nesta localidade e prestou relevantes serviços à comunidade.

A Escola serve à população do Distrito de Esmeraldas de Ferros, hoje com aproximadamente 547 habitantes na área urbana e 383 habitantes na área rural, de acordo com o último Censo de 2010. Atende a aproximadamente 133 alunos do Ensino Fundamental, 40 alunos do Ensino Médio e 88 alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em três turnos.

Os professores, em sua maioria, utilizam a avaliação na sua forma tradicional, não diversificam o modo de avaliar. Temos a “semana de avaliação”, com “cronograma de avaliação”, onde é repassado aos professores antecipadamente, para que os mesmos se organizem, mas não há uma exigência de que seja aplicada uma avaliação escrita, ou seja, feita uma avaliação tradicional.

Estas avaliações são aplicadas sem que haja uma preocupação do professor com a forma de aplicação, não há uma perspectiva do resultado, é como se não houvesse um envolvimento maior por parte dos professores e a avaliação fosse apenas um roteiro ou uma ordem a cumprir. Os resultados são considerados decisivos, onde demonstram em sua maioria, o fracasso de muitos e neste ponto está nosso maior erro, pois nada é feito efetivamente para reverter este quadro.

O propósito aqui não é justificar falhas e/ou resultados insatisfatórios de tais avaliações, apenas levantar outro ponto que precisa ser revisto, quanto à forma de avaliação, até mesmo pelo próprio sistema educacional, pois ainda que indiretamente contribui para a manutenção desse quadro.

## **1- A Avaliação e suas funções**

Em todo o âmbito escolar, está ocorrendo transformações curriculares, o que nos leva a rever o conceito de avaliação. A nova concepção de avaliação vai além de aprovar ou reprovar um aluno, ela também aponta falhas e auxilia na prática pedagógica do professor.

A avaliação é um grande instrumento da aprendizagem, mas pode se tornar mais uma atividade realizada de maneira mecânica pelo professor, quando não utilizada adequadamente. Por anos foi utilizada como forma de punição, onde o aluno considerado indisciplinado, rebelde, era submetido a uma avaliação rigorosa. Esta punição trazia a este aluno, traumas, sentimento de rejeição, insatisfação e insegurança. Diante de tamanha frustração, não lhe restava alternativa, senão desistir. Esta era a decisão mais escolhida por muitos.

A educação evoluiu e com esta evolução a mudança de conceito referente à avaliação também mudou. O professor era considerado detentor do conhecimento e o aluno um mero receptor. Através da avaliação, o aluno demonstrava ao professor o que foi aprendido. A “decoreba” era a forma principal desta demonstração. Segundo Luckesi (1995):

Não tenho dúvidas sobre o potencial transformador da avaliação, na medida em que a sua função é subsidiar a busca dos resultados mais satisfatórios possíveis. É preciso criar em nós professores uma cultura da avaliação por oposição a uma cultura dos exames arraigada em nossas experiências. (LUCKESI 1995: 48)

A avaliação deve ser utilizada para diagnosticar as dificuldades dos alunos e procurar meios eficazes para solucioná-los ou amenizá-los. Tem ainda a função de orientar o professor quanto a sua prática pedagógica, direcionando seu trabalho para um alcance maior em relação aos alunos que apresentam defasagem.

Geralmente, na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, a avaliação diagnóstica é aplicada em todas as turmas, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, mas as demais disciplinas a critério do professor podem ser aplicadas. Após a aplicação da avaliação diagnóstica, é feita a tabulação dos resultados, os quais são discutidos em reunião com os professores, onde são traçadas ações, visando alcançar os alunos que apresentaram defasagem de aprendizagem.

Além de diagnosticar as defasagens dos discentes, a avaliação é um instrumento para verificar a prática docente. Embora alguns professores trabalhem com seminários, debates, entre outras atividades, que não a avaliação escrita tradicional, a maior parte deles ainda se baseia na forma tradicional de avaliar. A prática de ensino na sala de aula precisa mudar também, mesmo porque não se alcança resultados diferentes fazendo as coisas sempre da mesma forma com todos os alunos.

O professor ao avaliar deve se fazer perguntas como: Como devo avaliar? O que pretendo com esta avaliação? Os exercícios propostos podem atingir o objetivo desejado?

Ao conseguir respostas para estas e outras perguntas, o professor será direcionado a uma avaliação de sua própria ação, que o levará a uma análise mais detalhada e o direcionará ao seu principal objetivo.

Paiva (2006, p. 34) afirma que “os objetivos da avaliação também mudam e esta passa a ser uma fonte importante de feedback para o professor, sinalizando o percurso percorrido pelos alunos ao longo do processo. Ressalta ainda “a importância da análise dos resultados para o direcionamento dos planejamentos.” (PAIVA, 2006, p. 10)

### **1.1- A avaliação como um caminho para a melhoria da aprendizagem**

A avaliação pode ser tradicional com objetivo classificatório, que classifica se o aluno sabe ou não determinado conteúdo. A avaliação formativa é processual, feita dentro do processo, onde se trabalha o conteúdo e se avalia, retornando nas falhas diagnosticadas com o objetivo de refazer o percurso já percorrido pelo aluno e promover avanços em sua aprendizagem.

Mas a avaliação também deve ser analisada, pois uma avaliação proposta por um docente, se não for bem elaborada, organizada e bem aplicada, não terá bom resultado, o que muitas vezes não condiz com o perfil dos alunos avaliados.

Nas reuniões pedagógicas da escola, os docentes defendem a avaliação formativa e processual, mas na prática isso não acontece. Desta forma temos resultados muitas vezes negativos, alunos desinteressados, onde muitos desistem dos estudos devido ao sentimento de frustração e fracasso.

Para sanar tais deficiências, deve-se atentar para os critérios estipulados pela legislação educacional vigente. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96), art. 24, parágrafo V:

A avaliação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (BRASIL, 1996, p. 9)

Como já citado, o processo avaliativo deve ser contínuo. De acordo com Luckesi (2005, p.10), “o papel da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem tendo em vista subsidiar a tomada de decisão para a melhoria da qualidade do desempenho”. Deve-se lembrar que o fracasso dos alunos nas avaliações significa também um erro na prática pedagógica do docente, geralmente o erro não está somente no aluno.

Uma das intervenções que podem ser realizadas é a avaliação diagnóstica, que deve ser utilizada pelo docente como ponto de partida para introdução e organização de sua rotina. A partir daí, o professor se organiza e direciona sua prática buscando suprir defasagens e possibilitar que os avanços ocorram.

A análise dos resultados deve ser feita minuciosamente, onde são detectadas as dificuldades dos alunos e traçadas ações visando sanar tais dificuldades. O professor deve procurar conhecer melhor o aluno, não só saber de suas dificuldades, mas, sobretudo aquilo que ele tem mais facilidade. Cada aluno é ímpar em suas potencialidades e desafios.

Desta forma podemos perceber que a relação de professor e aluno precisa ser mais amistosa de maneira que os alunos possam ter maior liberdade com os professores para consultar e questionar sobre temas e assuntos ainda não consolidados.

Avaliar é um ato complexo que precisa ser feito de maneira responsável e com comprometimento ético. Muitos alunos e professores veem na atividade avaliativa um castigo e não um momento para averiguação do que foi ensinado e o que o aluno aprendeu.

Alguns professores, de maneira errônea, acreditam que as avaliações só servem para medir o desempenho dos alunos, atribuindo assim todo o fracasso (resultado negativo nas notas) como responsabilidade unicamente do aluno, que não aprendeu o que foi ensinado.

Então a avaliação serve também para o professor procurar entender onde está falhando e assim corrigir junto à classe.

Buscando uma melhoria na prática de avaliação na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, foi sugerida, aos professores, uma análise dos resultados obtidos pelos alunos e uma reflexão em consideração às atividades propostas, para que os mesmos observem se os objetivos pretendidos estão sendo alcançados.

As escolas também erram quando se utilizam de critérios como as primeiras notas para realizarem a enturmação, colocando nas turmas denominações que por si só diferenciam os alunos, como turma “A” e turma “B”. Os alunos que estudam na turma “B”, por não estarem na turma “A”, já sabem que o grau de conhecimento que possuem é inferior e, como conseqüência, acabam por ficar estereotipados e rotulados.

"A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem", afirma Jussara Hoffmann (1998, p.27) Esta concepção ainda está distante e se configura como um desafio para os docentes da Escola Estadual “Leopoldina Barros Drumond”, que se encontram ainda presos ao aspecto quantitativo e classificatório ao avaliar, utilizando o quesito “nota” a todo o momento, para definir os alunos, para escolher os representantes de turma, para divisão de grupos.

A avaliação deve ocorrer de forma diferente, de acordo com o tema abordado na classe. Mas o professor não pode utilizar sempre a mesma forma de avaliação, como exemplo, seminários, pois ele pode prejudicar o aluno que não consegue se expressar em público, por não ter desenvolvido, ainda, as habilidades referentes à linguagem oral. O professor deve se acercar de formas efetivas de avaliação, buscando alcançar o maior número de alunos possível e os que não forem

alcançados por qualquer motivo, estes sejam submetidos a outros tipos de avaliação, de acordo com seu perfil.

Para Jussara Hoffmann (1993, p. 32) “a avaliação é a reflexão transformada em ação, não podendo ser estática nem ter caráter sensitivo e classificatório”.

[...] e valor envolve pessoa. Avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. O professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem. (HOFFMANN 1993, p. 32)

O professor deve ter uma relação de confiança com o aluno, valorizando suas ações, possibilitando a construção do saber. Deve oferecer ao aluno várias formas de demonstrar o conhecimento adquirido.

Uma avaliação só se tornará realmente eficaz se proporcionar ao aluno a liberdade para se expressar de forma criativa, onde o aspecto qualitativo se sobreponha ao quantitativo.

Para que esta ideia se torne efetiva, não podemos nos esquecer da participação efetiva da família, dando suporte ao aluno. Segundo Hoffmann (2000, p. 10) “a avaliação mediadora se desenvolve em benefício ao educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado.”

## **2- Conselho de Classe: um desafio para a discussão da avaliação em uma perspectiva democrática**

Uma prática que favoreceria o processo avaliativo na escola é o Conselho de Classe, que promove a análise e discussão dos resultados obtidos, auxiliando na escolha e discussão de métodos para sanar as dificuldades encontradas pelos alunos. Utilizando-se deste meio, é possível traçar ações, redefinir as práticas pedagógicas em busca de uma aprendizagem efetiva a todos os alunos.

O conselho de classe é um dos mais importantes espaços escolares, pois, tendo em vista seus objetivos, "é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica." (DALBEN, 2004, p. 57). De fato, é mais

do que uma reunião pedagógica; é parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pelas escolas.

É o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente promovam a todos os alunos a aprendizagem.

Infelizmente, na Escola Estadual Leopoldina Barros Drumond, o conceito de Conselho de Classe, ainda não está bem definido. Tenta-se utilizar deste espaço, mas efetivamente não obtemos êxito. Discute-se muito, mas a prática em si não é realizada. Há muito que fazer para que os docentes entendam a importância desta atividade para nosso trabalho pedagógico, bem como utilizar esta atividade em benefício do aluno e não para juntar-se a outros profissionais em busca de punição ao aluno.

Cumpra, portanto, a todos os profissionais da educação, realizar enfrentamentos no sentido de superar a estrutura de conselho de classe autoritária, burocrática e excludente, que serve, muitas vezes, para legitimar o fracasso escolar deixando de lado a sua função de reorganizar o trabalho pedagógico e, mais especificamente, o trabalho educativo que se concretiza na relação aluno-professor.

Enfrentar esses limites significa ir para além da concepção do conselho de classe como uma forma de concessão de “chances” para os alunos ou de resolução de conflitos entre professor e aluno, ou seja, o coletivo docente não pode se reunir apenas para dividir os problemas e para que obtenham a aprovação tácita do grupo sobre um processo avaliativo que prioriza a nota e não as reais possibilidades de evolução do aluno.

A função do conselho, que deve contar, sempre que possível, com a participação do diretor, do coordenador pedagógico e do orientador educacional, bem como dos professores, não é julgar o comportamento dos alunos, mas compreender a relação que eles desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas.

Os docentes devem definir os encaminhamentos que levem à melhoria da qualidade da produção dos estudantes. Nesse sentido, é fundamental o grupo socializar práticas bem-sucedidas que possam ser replicadas - considerando que, muitas vezes, os bons resultados na aprendizagem aparecem apenas após a mudança nas estratégias de ensino.

Para esses momentos se tornarem produtivos, é fundamental que os professores tenham clareza das finalidades de cada reunião. Muitas escolas organizam pré-conselhos durante o ano para a divulgação dos resultados parciais das avaliações. Já o encontro do fim do ano tem o objetivo de decidir sobre aprovações ou retenções. O responsável pela organização desse evento, geralmente o orientador educacional ou alguém da equipe gestora, deve definir previamente com o grupo quais alunos apresentam maiores dificuldades e, por isso, terão as suas produções analisadas.

Assim, ao longo dos meses ou das semanas que antecedem o encontro, os professores podem se preparar, observando o trabalho desses estudantes e identificando a natureza de suas dificuldades. Essas são informações preciosas a serem compartilhadas e discutidas com os demais docentes.

Tudo isso só será possível se os gestores planejarem um conselho de classe que ajude os docentes a ampliar o olhar sobre o desempenho da turma e a própria prática, propiciando assim a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo Dalben, (2004, p. 55), “O Conselho de Classe destaca-se entre as instâncias colegiadas da escola, por ser capaz de dinamizar a gestão pedagógica...” A gestão democrática requer uma participação coletiva, em prol das necessidades que surgem ao longo do caminho, a partir das dificuldades encontradas. Neste percurso, a equipe pedagógica, traça ações e estratégias, norteadoras em busca de melhores resultados.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, presente na organização da escola, que reúne periodicamente os professores, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores e orientadores, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas. Nessa perspectiva, o papel do Conselho de Classe, segundo Dalben (2004), é:

[...] mobilizar a avaliação escolar no intuito de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola, e especialmente, de congregar esforços no sentido de alterar o rumo dos acontecimentos, por meio de um projeto pedagógico que visa ao sucesso de todos. (DALBEN, 2004, p. 38).

O Conselho de Classe é de suma importância como um instrumento para a efetivação da gestão democrática, na medida em que trata - se de:



[...]uma instância coletiva de avaliação do processo de ensino e aprendizagem, reflete essas concepções, assim como as limitações e contradições próprias a elas, já que o posicionamento dos profissionais é que dará seu contorno político.” (DALBEN, 2004, p. 38).

A participação de todos efetivamente nas ações da escola, descentraliza as atividades da gestão escolar, tornando-a cada vez mais democrática e atuante.

Algumas características básicas o tornam diferente em relação aos demais órgãos colegiados, tornando-o especial no que diz respeito à escola e seus projetos pedagógicos. Entre estas características destaca-se a participação direta dos profissionais no processo pedagógico e a organização interdisciplinar.

### **Considerações finais**

É necessário então que haja um envolvimento maior por parte dos professores, onde os mesmos possam compreender que a avaliação tem um papel fundamental na aprendizagem do aluno, se bem executada, da mesma forma que pode ser traumatizante se utilizada erroneamente.

A avaliação deve ser compreendida como um meio de informação, onde se percebe que o conteúdo ensinado foi aprendido e ao mesmo tempo como um diagnóstico, que direcionará o caminho a ser percorrido para novas aprendizagens.

Infelizmente esta não é a realidade no que se refere à avaliação. Muitos ainda a usam de forma punitiva, ou simplesmente a usam por imposição da escola. Não utilizam seus resultados para uma análise, análise esta que tornaria mais fácil o planejamento de suas aulas. Estão presos aos valores quantitativos, à “nota” que se atribui ao aluno por meio da avaliação escrita. Muitos são os instrumentos de avaliação. Sendo assim, o professor que souber utilizar a avaliação de forma correta, estará proporcionando ao educando oportunidades únicas de aprendizagem.

Nessa perspectiva, percebe-se, que a avaliação utilizada por nós professores, tem muito a melhorar. Estamos presos à ideia quantitativa, onde não há uma preocupação em estudar os resultados, analisar o que realmente foi assimilado pelo

aluno e principalmente nos permitir aprender com o aluno, sem nos posicionarmos como detentores do saber.

Os professores não podem permanecer inertes diante das mudanças na educação, precisam avaliar sim, mas para fins de verificação nas situações de não aprendizagem, para organização de ações efetivas que busquem maior conhecimento por parte dos alunos. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de aprimoramento para efetivação do conselho de classe na escola em questão, como uma ação que envolva todos os professores para a tomada de decisões mais democráticas em relação à avaliação escolar.

Este é um desafio muito grande. Cada professor carrega consigo concepções diferentes, olhares diferentes em relação aos alunos e à própria forma de avaliar. No entanto a avaliação deve ser uma ferramenta a ser utilizada em benefício da aprendizagem, onde haja espaço para a intervenção pedagógica e ações efetivas individualizadas de acordo com as potencialidades de cada aluno.

Para Hoffmann (2000, p. 10) “é responsabilidade do educador, trabalhar a individualidade do seu aluno, respeitando suas diferenças com o intuito de formar jovens autônomos, críticos e cooperativos.”

Esta é a nossa fundamental tarefa, mostrar ao aluno, que ele é a peça principal no processo de ensino aprendizagem. Seremos mediadores, buscando, de maneira coletiva, meios que propiciem a aprendizagem de todos os alunos e alunas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. São Paulo: Papyrus, 2004.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola e a Questão das Representações Sociais**. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/textos>. Acesso em: 04 de fev.2015.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. Disponível em: <http://www.disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 06 de fev.2015.

NETO, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti; AQUINO, Josafá de Lima Fernandes. A Avaliação da Aprendizagem como um Ato Amoroso: o que o professor pratica? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, vol.25, nº2, p.223-240, ago./2009.

NETO, Antônio Cabral; Almeida, Maria Doninha de. **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 20 de fev.2015.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira; SADE, Liliâne Assis. **Avaliação, Cognição e poder**. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/avaliacao.htm>. Acesso em: 04 de fev.2015.

WITTMANN, Lauro Carlos. **Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gestor**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 25 de fev.2015.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**  
**Escola Estadual “Leopoldina Barros Drumond”**

**ISALTINA ALMEIDA ALVARENGA FERNANDES**  
**GORETH MARIA ALMEIDA ANÍCIO DE ALMEIDA ALVARENGA ALVES**

**BELO HORIZONTE**

**2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2014**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	19
7. AVALIAÇÃO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24
ANEXOS	25

## INTRODUÇÃO

*A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo.*

*Betini. Geraldo Antônio*

A Escola Estadual “Leopoldina Barros Drumond” há 100 anos serve à população do Distrito de Esmeraldas de Ferros, hoje com aproximadamente de 547 habitantes na Área Urbana com principal atividade econômica de comércio, agroindústria, pecuária, mineração e economias de subsistência e Área Rural com aproximadamente 383 habitantes com principal atividade econômica de pecuária, agricultura e extrativismo mineral.

Construído para reuniões por moradores da localidade no início do século XX, um antigo prédio com dois grandes salões, assoalhado, ficou conhecido como “Casa Grande”. Em 1912, quando o povoado de Esmeraldas de Ferros foi elevado a Distrito, este prédio foi cedido para funcionamento da Escola.

Em 18 de outubro de 1913, D<sup>a</sup> Leopoldina Avelina Barros Drummond recebeu as chaves deste prédio, totalmente vazio, para lecionar. Seu esposo João Felix Damasceno a ajudou improvisar alguns bancos com tábuas e caixotes, uma mesa para professor e um quadro negro. D<sup>a</sup> Leopoldina comprou papel almaço para escrituração, giz e cadernos para os alunos. Estava criada a “Escola Singular de Esmeraldas”. Quatro anos depois, a escola recebeu carteiras e livros para os alunos.

Em 06/02/1923, oficialmente, a propriedade foi doada ao Estado de Minas Gerais por Joaquim Anício de Almeida e seus herdeiros.

Através do Decreto nº 7894 de 01 de outubro de 1964, esta escola passou a receber o nome de Professora “Leopoldina Barros Drumond”, em homenagem à primeira professora a lecionar no Distrito.



Em 1979, a “Casa Grande” foi demolida e com recursos do Estado e mão-de-obra da Prefeitura, foi erguido em seu lugar um novo prédio escolar, contendo duas salas de aula, uma cantina, sanitários, um gabinete com sanitário e almoxarifado. Este foi inaugurado com o nome de EE. “Leopoldina Barros Drumond”, em 03 de maio de 1980.

Em 1993 o prédio foi reformado e ampliado em mais duas salas de aula. No ano de 1985 iniciou-se o funcionamento do pré-escolar, o qual foi municipalizado a partir de 1996.

Através da Resolução/SEE nº 314 de 30 de setembro de 2002, foi autorizada a Extensão de Ciclos, gradativamente, iniciando-se com a 5ª e 6ª séries, no ano de 2002.

Em 2004 o prédio foi novamente reformado e ampliado com mais duas salas de aula, totalizando 06 salas.

Em 2005, com Recurso Diretamente Arrecadado foi adquirida uma área para ampliação do espaço escolar, o que permitiu a liberação de recurso para reforma da cantina e sanitários, ampliação de mais 03 salas de aulas, sala de professor com banheiro e construção de uma quadra poliesportiva.

Através da Portaria SEE Nº 03/2008 foi autorizado o funcionamento do Ensino Médio integral. Esta modalidade permitiu que vários alunos da localidade prosseguissem nos estudos e hoje já são professores da Escola, acabando com a vacância nesta área.

Em 22/01/2013, através do Conselho Estadual de Educação, foi autorizado também o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (Fundamental Anos Finais).

A instituição está situada à Praça Manoel Anício, S/N, CEP – Esmeraldas de Ferros – Município Ferros, CEP: 35.804-000. Tele/Fax: (31) 386340-75, email: [escola.103021@educacao.mg.gov.br](mailto:escola.103021@educacao.mg.gov.br). O corpo docente é composto por 32 (trinta e dois) professores, 02 (dois) especialistas, 01 (um) PUB – Professor de Uso de Biblioteca, 01 (um) Eventual e 10 (dez) de demais profissionais.

A Escola pertence à rede Estadual de Ensino e assiste aproximadamente 300 (trezentos) alunos do Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano e Ensino Médio do 1º ano 3º ano, no período diurno e à Educação de Jovens e Adultos – EJA, no horário noturno.

Em relação ao espaço físico, a escola possui 07 (sete) salas de aula, 01 (um) sala de Informática com 20 computadores oriundos do PROINFO, 01 (um) Biblioteca, 01 (um) sala de professores dividida com secretaria, 01 (um) cantina e 01 (um) quadra Poliesportiva coberta. Há ainda dois notebooks sendo um utilizado pelos professores e o outro pela secretaria. A escola possui também 03 (três) data show, aparelho de DVD, caixa amplificadora, impressora multifuncional, TV de 29', dentre outros aparelhos que são utilizados de acordo com a necessidade de cada setor.

Preocupada com o processo de aprendizagem dos alunos, a escola passou a oferecer a Educação Tempo Integral, a partir de 2011 para os anos iniciais e em 2013 estendeu para os anos finais do ensino fundamental.

Sendo a própria organização do trabalho pedagógico da escola como num todo, este Projeto Político Pedagógico está sendo construído e vivenciado em todos os seus momentos, por todos os envolvidos no processo educativo, visando resgatar a identidade escolar e a sua intencionalidade, além de revelar quais são os seus compromissos para com toda a sociedade a que se insere. Compromissos, estes, que se caracterizam no cotidiano escolar, ético-normativo, subjetivos e culturais do mundo social onde cada sujeito desta comunidade escolar se organiza e interage.

## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico é um processo de decisão política e ideológica, de forma que a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” deverá realizar um trabalho que proporcione o envolvimento e integração entre todos os seus agentes educacionais, educandos e demais membros da comunidade escolar, de forma que todos se sintam corresponsáveis pelas mudanças que ali realizar-se-ão.

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” – Município de Ferros – Distrito Esmeraldas de Ferros é o reflexo de todas as marcas históricas e culturais socialmente produzidas, contudo, ela se encontra na busca de construção de sua própria identidade, dando primazia a sua missão social, seus princípios e valores, e, principalmente, no compromisso com a educação de seus alunos.

Porém, vários são seus desafios nesta caminhada. No campo institucional, retrata-se a burocratização do sistema legal, o que dificulta na organização administrativa, pedagógica e financeira da instituição escolar.

Outra fonte geradora de conflitos que dificulta e impede as tomadas de decisões está no desconhecimento e na má interpretação das leis que atualmente vigoram, por parte dos geradores educacionais – estes responsáveis por toda administração e articulação dos setores administrativos, pedagógicos e financeiros da instituição escolar, bem como na responsabilidade de interação e coparticipação entre todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem.

Pode-se retratar ainda, a falta de recursos financeiros necessários para a implantação de quaisquer projetos pedagógicos e as dificuldades na implantação das inúmeras políticas educacionais historicamente propostas. Muitas delas, inadequadas à realidade social da comunidade escolar vigente.

O Projeto Político Pedagógico é o documento que define o que a Escola se propôs desenvolver em um determinado período, tanto na área administrativa quanto pedagógica. Deverão estar nela contidas as ações que viabilizarão a melhoria da escola e do ensino.

Esse processo de planejamento da escola é um exercício coletivo, uma tomada de reflexão conjunta, uma ação compartilhada pela comunidade escolar, para que desse modo se garanta o compromisso com as decisões tomadas e com todas as medidas a serem implementadas. Trata-se de um planejamento único e

peculiar a cada escola, pois cada uma tem sua própria realidade e suas necessidades.

Ao traçar as perspectivas para o desenvolvimento da escola, devemos definir como e quem irá executar. Um conhecimento da instituição com base no diagnóstico inicial, num processo democrático, proporciona uma visão ampla de quais caminhos devem ser seguidos.

Cada vez mais evidente e importante de que a escola tenha uma visão definida do que quer e conheça a exata dimensão da distância entre a escola real e a escola ideal, para que se produzem proposta palpáveis, estratégias e possíveis.

Um bom planejamento propõe ações práticas em busca da melhoria do processo ensino aprendizagem, que são direcionadas a curto, médio e longo prazo.

Diante do exposto e considerando:

- A necessidade de sistematizar a prática pedagógica na escola através de estudos, discussões e debates entre profissionais do ensino e pais de alunos;
- A urgência em reorganizar estruturas e processo que levam a uma ação educativa mais coerente com a realidade da escola e do momento, através de estabelecimento de critérios de ensino e avaliação;
- A possibilidade de relacionar, implementar e divulgar resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem, através de análises avaliativas;
- Os constantes questionamentos acerca de dados de aproveitamento do aluno.

Foi conduzido o processo de elaboração deste projeto pedagógico a partir da concepção definida de “Que escola queremos?” “Que educação desejamos oferecer?” “Que educação desejamos oferecer?”.

Este projeto visa, sobretudo, trabalhar com o aluno no sentido global, inserido no contexto em que vive, aproveitando as experiências vivenciadas no seu cotidiano, acreditando no seu sucesso.

Ao propor a reestruturação dos paradigmas educacionais e objetivar, acima de tudo, os interesses da democratização social, a E.E. “Leopoldina Barros Drumond” propõe um movimento educacional inovador, com cunho social, político e ideológico.

Com ações compartilhadas entre toda a sua comunidade escolar, os caminhos a ser traçado na E.E. “Leopoldina Barros Drumond” contribuirão para a

formação integral de seus educandos, e, sobretudo, no oferecimento à sociedade de indivíduos com habilidades e competências necessárias para atuarem neste mercado de trabalho globalizado e tecnológico.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1. Estrutura Organizacional Administrativa**

A E.E. “Leopoldina Barros Drumond”, atende atualmente 300 alunos, divididos em três turnos, sendo o primeiro turno com alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Inicial e 1º ano Ensino Médio (Reinventando o Ensino Médio) e 2º ano Ensino Médio, terceiro turno com alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental Final e 3º ano Ensino Médio e quinto turno com três turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, anos finais do Ensino Fundamental.

O quadro de pessoal da escola conta atualmente com 01 diretora escolar, efetiva, 01 vice-diretora ADI 4876, 02 especialistas designadas, 01 professora regente de aulas efetiva (período probatório), 13 professores regente de aulas designados, 05 professores regente de turmas designadas, 01 professora eventual efetiva (período probatório), 01 professora de uso de biblioteca efetiva, 03 professoras regente de turma para a educação de tempo integral anos iniciais e 03 professores regente de aulas para a educação de tempo integral anos finais do ensino fundamental, 01 secretária ADI 4876, 02 ATBs sendo uma ADI 4876 e outra designada, 03 ASBs ADI 4876 e 02 ASBs designadas.

A instituição escolar é considerada um tipo de organização especial, com características peculiares que a diferem das demais instituições. Os profissionais que atuam na referida escola, estão para atender a sua principal razão de ser: os alunos. Neste sentido cada escola possui a sua própria identidade, sendo singular na sua estrutura e no seu processo de formação. Possuidora de uma cultura peculiar torna-se uma escola diferente das demais, isto porque cada uma possui seres diferentes, que estão inseridos em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, interagindo de formas diversas, conforme previsto na faixa etária e regionais, às variações socioeconômicas, culturais e de condições psicológicas e físicas, presentes nos educando brasileiros, estas variedades, conseqüentemente, vão refletir na identidade escolar e sua relação com as comunidades às quais servem. É no ambiente escolar que as interações sociais ocorrem, influenciando nas formas de definições e execuções das ações pedagógicas que aqui se definem.

Nesta concepção, percebe-se, então que cada sujeito que se encontra na E. E. “Leopoldina Barros Drumond” é possuidor de uma cultura peculiar, com experiências

históricas e sociais próprias e significativas. Nesta escola, ao se reunirem, formam grupos com crenças, valores, afinidades, desejos e perspectivas comuns. Nas suas relações sociais, esses grupos se caracterizam e se identificam.

Partindo desta premissa, faz-se necessário que a equipe Administrativo-Pedagógico da E. E. “Leopoldina Barros Drumond”, bem como todos os seus agentes educacionais, antes de implantarem quaisquer formas de gestão e/ou atuação pedagógica conheça os traços que a caracterizam.

A Escola conta com o apoio do Colegiado Escolar que tem funções deliberativas e consultivas e é composto por representantes de alunos, pais e servidores. Há muita restrição da comunidade escolar em participar deste órgão por causa do compromisso com a instituição, o que inibe um envolvimento maior desta equipe na parte pedagógica. Também é órgão de apoio a Caixa Escolar, através da qual é feita toda a movimentação financeira da Escola e é aprovada por um Conselho Fiscal.

Há o Conselho de Classe que analisa as situações dos alunos com defasagem de aprendizagem. As parcerias são feitas através dos “amigos da escola”, que são familiares dos alunos que sempre colaboram com a instituição.

A escola tem alguns recursos pedagógicos que contribuem com o processo de ensino aprendizagem como aparelhos 3 de data show, 1 lousa digital, 2 micros system com leitor de CD e USB, microfones, 1 TV, 1 aparelho de DVD, 1 caixa amplificadora, 2 notebooks, um grande acervo de jogos pedagógicos e um material diversificado para uso nas oficinas do Programa Mais Educação.

## **2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica**

De acordo com a Lei 9.394/96, Título III “DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR”, art. 4º, é prescrito como dever do Estado com a educação escolar pública a garantia de:

- I- “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II- Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- III- Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV- (...)

V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI- (...);

VII- (...);

VIII- Atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX- Atendimento ao educando, padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo-aprendizagem.

Preocupados, também, no cumprimento da Legislação vigente (LDB 9394/96), a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” apresenta os aspectos formais que compõem a sua estrutura organizacional, todos previstos em seu regimento interno.

A Escola desenvolve os conteúdos básicos dos currículos e programas buscando adaptá-los à realidade dos alunos, porém ainda de forma bastante tímida. Os professores são comprometidos, criativos, porém, tem dificuldades de adequar a proposta curricular às condições regionais e locais.

Não existe integração entre os diversos conteúdos ministrados. Além disso, os docentes não têm a preocupação de conhecer os conteúdos trabalhados no ano anterior.

A aprendizagem dos alunos na leitura, no raciocínio e na interpretação de textos diversos, não está sendo satisfatória no processo ensino-aprendizagem.

A Escola realiza projetos para o desenvolvimento e a recuperação da aprendizagem e para melhoria da autoestima e do rendimento escolar dos alunos em processo de alfabetização.

A maioria dos professores sente dificuldades em trabalhar com turmas heterogêneas e com alunos deficientes e especiais.

Para que haja uma melhoria no padrão de qualidade no ensino ministrado, a equipe Administrativo-Pedagógico e docentes da E.E. “Leopoldina Barros Drumond”, deverão intensificar os trabalhos no processo de Formação Continuada e, principalmente, naquele de reconstrução da Proposta Curricular.

Capacitar os profissionais da escola, é uma das questões de fundamental importância para que se tenha sucesso no processo ensino aprendizagem.



Os planejamentos e conteúdo dos componentes curriculares são elaborados pelos professores sob supervisão da Equipe Pedagógica e ou Direção, seja a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais, ou à partir de outras propostas curriculares, buscando as correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e o universo de valores e modo de vida de seus alunos.

A realidade social da sua clientela (os alunos e familiares) revela situação desfavorável: baixo nível econômico, alto índice de famílias sofrendo o problema do desemprego, crianças desnutridas.

O índice de violência na escola entre colegas é preocupante. Também não pode-se deixar de lado o problema das drogas, uma vez que há muitos casos de consumo na família, em especial, o álcool o que estimula crianças e adolescentes envolver com bebidas e consumo de cigarros.

Realidade que, por sua vez, reflete um baixo aproveitamento escolar, uma defasagem idade/ciclo, uma baixa-estima, alto índice de indisciplina.

A grande maioria dos alunos são filhos de operários que trabalham na Cenibra ou em serviços particulares no Distrito e cuja escolaridade não ultrapassa a 4ª série do ensino fundamental, registrando-se alguns pais e mães analfabetos. A renda mensal das famílias gira em torno de um a dois salários mínimos.

Nota-se pouca participação da família no desenvolvimento dos filhos, principalmente com relação aos horários de estudos e realizações de tarefas.

O índice de desempenho dos alunos é intermediário, de acordo com as avaliações sistêmicas, apresentando uma melhora significativa em relação às avaliações anteriores.

O índice de evasão escolar está diminuindo ano por ano.

A equipe pedagógica é qualificada para a função, mas há necessidade de enfatizar a importância da avaliação no processo ensino aprendizagem, pois em muitos casos ainda prevalece o quantitativo sobre o qualitativo.

Os professores participam de formação continuada em cursos de pós-graduação, PACTO Anos Iniciais, PACTO Ensino Médio e na escola, nos encontros de módulo II.

Há dois Orientadores Pedagógicos, Especialistas, que assumem amplo trabalho para atender a toda comunidade escolar.

Todos os servidores têm responsabilidade com horários de chegada e saída e com frequência diária e estão sempre presentes em todos os eventos realizados

pela escola.

Todos os profissionais efetivos são avaliados por uma Comissão de Servidores da Escola, através dos critérios de Avaliação de Desempenho da SEE.

### **3. CURRÍCULO**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9394/96 em seu art. 26 reza que:

“os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Preocupados, também no cumprimento da Legislação vigente (LDB 9394/96), a E. E. “Leopoldina Barros Drumond” apresenta os aspectos formais que compõem a sua estrutura organizacional, todos previstos em seu regimento interno.

A Escola desenvolve os conteúdos básicos dos currículos e programas buscando adaptá-los à realidade dos alunos, porém ainda de forma bastante tímida. Os professores são comprometidos, criativos, porém tem dificuldades de adequar a proposta curricular às condições regionais e locais.

A aprendizagem dos alunos na leitura, no raciocínio e na interpretação de textos diversos, vem sendo satisfatório no processo ensino-aprendizagem.

A Escola realiza projetos para o desenvolvimento e a recuperação da aprendizagem e para melhoria da autoestima e do rendimento escolar dos alunos em processo de alfabetização.

O Currículo adotado é o constante das Propostas Pedagógicas e Matrizes Curriculares pertinentes e não será inferior ao estabelecimento pela Legislação específica para as modalidades de ensino oferecidas.

Os planejamentos e conteúdo dos componentes curriculares são elaborados pelos professores sob supervisão da Equipe Pedagógica e ou Direção, seja a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais, ou a partir de outras propostas curriculares, buscando as correlações entre os conteúdos

das áreas de conhecimento e o universo de valores e modo de vida de seus alunos.

O currículo é flexível, realimentando-se continuamente ao longo do período letivo, levando-se em consideração o desempenho do aluno.

O Ensino Fundamental possui um currículo de acordo com a Base Nacional Comum a ser complementada por uma Parte Diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, que são Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Artes; Educação Física e Educação Religiosa.

A partir de 2011, a Escola passou a oferecer aos alunos jornada ampliada, Projeto de Escola de Tempo Integral, com novas oportunidades de aprendizagem. A Educação Integral está contemplada na legislação brasileira, por intermédio da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBN que, em seu artigo 34 prevê a perspectiva de Educação Integral em Tempo Integral: “A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...] §2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”.

De acordo com a Resolução nº 2197/12 temos:

Art. 86 A composição curricular da Educação em Tempo Integral deve ser organizada contemplando os seguintes campos de conhecimento:

I - Acompanhamento Pedagógico;

II - Cultura e Arte;

III - Esporte e Lazer;

IV - Cibercultura;

V - Segurança Alimentar Nutricional;

VI - Educação Socioambiental;

VII - Direitos Humanos e Cidadania.

Parágrafo único. Os campos de conhecimento da Educação em Tempo Integral devem estar integrados aos Componentes Curriculares das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental e Médio.

Desta forma a E. E. Leopoldina vem organizando sua proposta curricular com o objetivo de enriquecer com procedimentos metodológicos inovadores, oferecendo novas oportunidades de aprendizagem e vivência. Os professores são estimulados a trabalhar com ludicidade em todas as propostas, interagindo com os alunos. Há uma grande exploração dos espaços extra classe.

#### 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” chamava-se Escola Combinada de Esmeraldas, que funcionava em um prédio construído pela comunidade.

Devido ao mau estado de conservação do prédio, no ano de 1978, a Escola foi demolida e no ano de 1979 foi reconstruída na mesma área, cedida pela Comunidade.

A E. E. “Leopoldina Barros Drumond” foi inaugurada no dia 18 de outubro de 1980 e recebeu este nome em homenagem à Leopoldina Avelina Barros Drumond, que foi a primeira professora a lecionar nesta localidade e prestou relevantes serviços à Comunidade.

Em 1993 houve ampliação de duas salas e, em 2007, com nova ampliação, totalizando 8 salas. No ano de 1985 iniciou-se o funcionamento do Pré-escolar, o que foi municipalizado a partir de 1996. No ano de 2002, foi autorizada Extensão de Ciclos (5ª a 8ª séries), através da Resolução /SEE Nº 314 de 30 de setembro de 2002.

Atualmente, o prédio escolar conta com 7 salas de aulas, uma biblioteca, 1 secretaria que é dividida com sala de professores, 1 diretoria, 1 sala de informática, 1 cantina, banheiros, 1 quadra poliesportiva coberta com arquibancadas, palco e banheiros.

Por termos uma turma de cada série o número de profissionais é pequeno, por isso, temos poucos professores da mesma área para realizarem os planejamentos em grupo mas mesmo assim na medida do possível eles se reúnem em duplas da mesma disciplina, quando tem, ou com disciplinas afins.

A Escola possui um espaço físico regular, pois as dependências da escola demandam reforma, a qual foi solicitada e infelizmente ainda não aconteceu.

A Escola conta atualmente com 07 salas de aula, 01 sala de informática com 10 computadores e sem acesso à internet, 01 biblioteca, 01 sala que é utilizada por secretaria e sala dos professores, 01 sala de direção, 01 cantina, 02 banheiros (masculino e feminino), 01 dispensa e uma 01 quadra poliesportiva coberta com banheiros masculino e feminino e um banheiro de acessibilidade que não é utilizado.

Não temos refeitório por isso nossos alunos recebem a merenda e retornam para sala de aula até terminarem a refeição. A quadra poliesportiva é utilizada no horário do recreio para os alunos brincarem, já que não há espaço nas dependências da escola.

Diante do fato que os alunos, grande parte, permanecem na Escola em Educação em Tempo Integral, que atende prioritariamente, os alunos em situação de vulnerabilidade como, em distorção idade-ano; para correção de fluxo; beneficiados do Programa Bolsa Família; vítimas de abuso sexual, violência e trabalho infantil; baixo rendimento escolar e progressão continuada. O espaço para desenvolvimento das atividades e das oficinas que contemplam o projeto é insuficiente.

Os professores que atuam na Educação em Tempo Integral são dedicados, criativos, realizam seus planejamentos de acordo com o previsto.

Em questão de trabalho pedagógico, por ser uma Escola de zona rural e não ter muito que explorar, o trabalho externo é pouco, desta forma as aulas, projetos e atividades ficam mais internas.

A maioria dos professores se encontram na reunião de Módulo II, onde há troca de experiências. A equipe gestora que trabalha de forma democrática, procura interagir com todos os servidores nas tomadas de decisões e uma delas é o Calendário Escolar, onde são determinados os projetos, feirados e recessos para o ano seguinte. Também são tratadas as questões do Conselho de Classe, elaboração de Projetos, dentre outros.

## 5. PROCESSOS DE DECISÕES

A comunidade está muito distante da escola no sentido de que não se interessa pelas ações da mesma. Ou será que é a escola está criando essa barreira de inserção da comunidade no seu interior? Cada comunidade tem suas particularidades e é isso que a torna única em comparação a qualquer outra do mundo e também é essa característica que faz da escola um espelho da comunidade na qual está inserida. Nesse sentido é preciso haver uma discussão constante sobre a função social da escola para entender essas necessidades da comunidade e o que fazer para contribuir para a amenização ou erradicação de problemas presentes.

Da época onde a escola atendia somente os filhos da elite passa a atender a todas as classes sociais tendo um papel fundamental: único acesso ao conhecimento sistematizado. Apesar da busca constante pela educação de qualidade, está previsto na Constituição de 1988 e disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o ensino universalizado, a democracia como valor e o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Atualmente a escola se vê em uma constante transformação juntamente com a sociedade. Na era da informação, o grande desafio é atender as exigências da nova sociedade, uma vez que o conhecimento está armazenado e disponível em rede, mas não supre a necessidade de formar seres humanos capazes de conviver democraticamente, papel primordial da escola, que deve introduzir o debate sobre a democracia como processo, presente no interior das relações e construída no trabalho coletivo e participativo. Essas relações só se fazem com a chamada da comunidade para discutir os objetivos, os caminhos e os resultados da escola, porque o sucesso da escola é, conseqüentemente, o sucesso da comunidade no entorno. A valorização da cultura local e a inserção desta no currículo escolar se torna fundamental para a articulação necessária entre escola e comunidade e um caminho para decifrar a incógnita. Independente da sociedade na qual a escola se encontra é necessário fazer parte dela e não uma instituição desvinculada e estanque, pois, afinal é em prol das demandas da comunidade que a escola existe. É importante que nós educadores sejamos comprometidos com a união entre escola e comunidade para que, juntas possam formar cidadãos qualificados e

compromissados com o bem-estar comum. A escola deve andar de mãos dadas com a tecnologia, cada vez mais presente no mundo contemporâneo, onde a cultura da comunidade é a cultura presente na escola, uma sociedade do conhecimento amplo e democrático, mas que é chamada a oferecer respostas as novas exigências da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Os quatro pilares da educação vem reforçar a ideia de que, mais do que transmitir conhecimentos que são acessíveis através das tecnologias, a escola deve ser reflexo deles, dando suporte aos discentes para construírem atitudes de busca do como usar esse conhecimento para uma vida saudável e pacífica.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A gestão dos servidores da escola é uma das etapas fundamentais para a execução do Projeto Político Pedagógico e garantia de uma educação de qualidade. Todos os dias é necessário atribuir tarefas e coordenar atividades. Para isso é relevante conhecer as atribuições definidas na legislação e gerenciar possíveis licenças, substituições, avaliação de desempenho, ouvir reivindicações, encaminhar medidas disciplinares e ainda, o gestor deve favorecer um ambiente onde haja um clima agradável.

Os servidores da escola são os profissionais do magistério ligados à docência e demais trabalhadores em educação ligados à área administrativa. No magistério público o ingresso se dá por meio de concursos de provas e títulos ou contrato temporário.

O servidor público tem seus direitos previstos como recebimento de vencimento adequado e vantagens, jornada de trabalho regulamentada, o gozo de férias anuais, licenças, cedências e outros afastamentos e o direito de petição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura direitos e deveres específicos ao magistério brasileiro, suas responsabilidades, as penalidades e as características do processo administrativo disciplinar.

Cabe ao gestor também desenvolver a avaliação de desempenho dos servidores da escola com o objetivo de desenvolver a autonomia das escolas públicas quanto à gestão de pessoal. Está previsto na Constituição Federal e na LDB os planos de carreira com progressão funcional baseada na avaliação de desempenho. No Brasil cresce a consciência de que o Estado não deve servir apenas seus funcionários e, sim, o conjunto da população. A avaliação ainda possui uma falta de relação mais significativa com a qualidade do trabalho desenvolvido com os alunos, mas há caminhos possíveis para que evolua como envolvimento de toda a comunidade escolar nesse processo, registros precisos de todas as ações, articulação entre avaliação de desempenho e formação continuada dos servidores e avaliação institucional das escolas.

Com base na LDB, a formação inicial e continuada é fator decisivo na qualidade da educação. Nesse sentido, a escola deve, em sua rotina, ser um ambiente de aprendizagem para toda a comunidade educativa. A formação de



professores e demais profissionais não está voltada apenas para saber fazer, mas para saber fazer melhor, e que se faz sobre uma base teórico-prática consistente.

Enfim, o gestor é o grande articulador das ações de todos os segmentos e quem mantém o ânimo de todos no trabalho educativo. Ele deve ser decisivo, compreensivo, dinâmico, flexível, criativo, interdependente e, conseqüentemente conseguirá manter o grupo confiante para aprender e fazer críticas sem reações emocionais intensas, amadurecendo a ideia de crescimento coletivo e permitindo identificar avanços e dificuldades no ambiente educativo.

## 7. AVALIAÇÃO

Num aspecto geral, os alunos gostam muito de vir à escola, permanecendo muitos deles na Educação de Tempo Integral, gostam da merenda, mas não tem hábitos de estudos em casa e não tem livros, exceto os doados pela escola. Os alunos que não permanecem na Escola em Tempo Integral, passam muito tempo assistindo televisão. Poucos se dedicam a atividades esportivas, como futebol, sendo esta referência do sexo masculino.

Os pais consideram o trabalho da escola muito bom, mas a falta de interesse deles pelos filhos na escola é muito preocupante, talvez seja consequência da falta de estrutura para assessorar os filhos em suas tarefas, o que torna o trabalho pedagógico com total responsabilidade do professor.

Os pais de alunos participam somente para colaborar na eleição da equipe, quando na verdade deveriam aceitar o compromisso por interesse em participar no desenvolvimento da escola.

A avaliação institucional na escola é necessária para se ter claro seus princípios, finalidades e objetivos, da mesma forma que fazem os professores quando avaliam seus alunos. Mas a diferença é que o foco mudará para obter a resposta de como estão sendo desenvolvidas as atividades que levam os alunos a aprenderem e tornarem cidadãos. Assim sendo, a avaliação institucional destina-se à avaliação das instituições, políticas e projetos, incorporando a avaliação educacional. Não pode ser vista como forma de controle e repressão, mas uma maneira de melhoria e democratização da educação, com impacto positivo e aperfeiçoamento do processo de transformação social e com base no Projeto Político Pedagógico.

Para realizar a avaliação institucional é necessário levar em conta seus processos metodológicos e as etapas de operacionalização. Inicialmente faz a avaliação diagnóstica inicial com o objetivo de fornecer informações sobre a situação econômica de alunos, pais, professores e funcionários. A segunda etapa é a avaliação como processo, focando no cotidiano escolar de forma coletiva e contínua. A terceira modalidade é a avaliação dos resultados, onde ficam claros os problemas, sua análise e busca de novos caminhos para superá-los.

É relevante visualizá-la na sua totalidade, na participação coletiva, planejamento e acompanhamento. Para implantá-la, os colegiados e fóruns devem se consolidar dentro da escola, garantindo a participação de todos os segmentos da escola tendo como referência a interligação entre esta e o Projeto Político Pedagógico, que indica os caminhos e a avaliação, como instrumento de acompanhamento e redirecionamento da caminhada.

Faz-se necessário a coleta de informações sobre a atual situação da escola, como instrumento norteador do processo avaliatório. Após essa coleta é preciso fazer a aplicação desses instrumentos, que pode ser por meio de tabelas e gráficos para visualizar as informações quantitativas. Já as informações qualitativas devem ser interpretadas com objetividade do pensamento de quem respondeu. Na elaboração do relatório final, o elemento importante é a síntese e o encaminhamento das ações que devem se seguir a avaliação.

Toda avaliação só tem sentido se soubermos como usar os resultados em prol da melhoria do processo educacional. A avaliação institucional não é diferente. Um dos principais passos após a realização é separar os resultados positivos, o que funcionou bem e os aspectos negativos, o que foi insuficiente ou que deu errado. Após essa separação é preciso identificar os fatores que provocam o resultado encontrado. Depois é necessário estabelecer ações para lidar com cada questão, seja positiva onde é relevante usar contagiar todos dentro da escola, ou negativa, onde teremos que corrigir com ações de superação. Apesar de haver equívocos, todos podem melhorar e crescer, esse é o nosso papel.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Decidimos elaborar o presente Projeto Político Pedagógico da Escola, a ser trabalhado e renovado sempre que se fizer necessário. Esperamos, com muita expectativa, desenvolver um projeto administrativo e pedagógico mais eficiente, não só com o apoio e assistência da SRE e SEE, como também com os esforços de toda a equipe escolar e da comunidade, dando continuidade aos trabalhos desta escola, que muito tem a oferecer aos nossos alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 13/07/2014

CURY, Carlos Roberto Jamil. O direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 16/07/2014.

ESCOLA DE GESTORES-MEC. Território e lugar: espaço da complexidade. Disponível em [http //moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 15/082014

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos e espaços da escola? GT 13-27 Reunião Anual da ANPE, 2004. Disponível em [www.amped.org.br](http://www.amped.org.br). Acesso em 22/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Níveis do planejamento educacional. 2010. Disponível em [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 13/07/2014.

**ANEXOS**



MESES	SEMANAS LETIVAS						OBSERVAÇÕES						
	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB							
JANEIRO							REUNIÃO PAIS E MESTRES / DIREÇÃO						
FEVEREIRO	4	4	4	4	4	2ª 2	Bimestral						
MARÇO	4	3	3	4	4	3ª 1							
ABRIL	3	5	5	3	3	5ª 1	REUNIÃO MÓDULO 2						
MAIO	4	4	4	4	4	6ª 2	Toda Quarta-feira. 16:40h às 18:40h						
JUNHO	2	2	1	1	1	4ª 1							
JULHO	3	3	3	3	2		CONSELHO DE CLASSE						
AGOSTO	4	4	4	4	5	5ª 1	Bimestral 16:40h às 18:40h						
SETEMBRO	4	4	4	4	3	6ª 1							
OUTUBRO	3	3	4	4	4								
NOVEMBRO	4	4	4	4	4								
DEZEMBRO	3	3	3	3	3								
<b>TOTAL</b>	38	39	39	38	37	9							
<b>TOTAL</b>	2	1	1	2	3								
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>40</b>								
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>	1º. BIMESTRE 25 PONTOS						<b>ENTREGA</b>	1º. BIMESTRE		07 DE ABRIL DE 2014			
<b>DE PONTOS</b>	2º. BIMESTRE 25 PONTOS						<b>DE</b>	2º. BIMESTRE		16 DE JULHO DE 2014			
<b>POR</b>	3º. BIMESTRE 25 PONTOS						<b>RESULTADOS</b>	3º. BIMESTRE		10 DE OUTUBRO DE 2014			
<b>BIMESTRE</b>	4º. BIMESTRE 25 PONTOS							4º. BIMESTRE		19 DE DEZEMBRO DE 2014			
<b>PROJETOS ESCOLARES</b>							<b>APROVAÇÃO MEMBROS COLEGIADO</b>						
Reunião de Pais - 08/02/2014													
Interclasse - 22/02/2014													
Comemoração - "Dia Internacional da Mulher" - 08/03/2014													
Excursão: Comunidade Indígena - 1º ao 5º ano - 26/04/2014													
Jogos Escolares: 10/05/2014 e 31/05/2014													
Feria de Ciências - 13/05/2014													
Festa Junina - 01/08/2014													
Folclore - 23/08/2014													
Semana Literária - 18/08/2014 a 22/08/2014													
Desfile 7 de Setembro - 06/09/2014													
Semana da Criança - 06/10/2014 a 10/10/2014													
Centenário da Escola - 23/10/2014													
Halloween - 31/10/2014													
Consciência Negra - 20/11/2014													
<b>RESOLUÇÃO SEE Nº. 2.368/2013, DE 09 DE AGOSTO DE 2013 - MG 13/08/2013</b>													
							<b>APROVAÇÃO INSPETOR ESCOLAR</b>						
Distrito de Esmeraldas de Ferros/Ferros - MG, 11 de dezembro de 2013													
ASSINATURA DIRETOR													